

Liberalismo e formação de professores para educação de surdos

Fernanda de Camargo Machado*

Márcia Lise Lunardi-Lazzarin**

Resumo

Este trabalho analisa o cenário político em que a emergência de um campo de saber pedagógico-científico e de um corpo de *expertise* para o trabalho didático com os sujeitos surdos foram produzidos como necessários ao ideal moderno de civilização. Ao explicar o movimento da formação docente como dispositivo de governamentalidade, pretende-se contribuir com o entendimento de como os conjuntos discursivos que cruzam as medidas políticas geram significados que demarcam a educabilidade dos discentes surdos e o *status* profissional dos sujeitos docentes relacionando a funcionalidade desse jogo com o regime governamental do liberalismo. Para tanto, neste trabalho, buscou-se alicerce nas contribuições de Michel Foucault, utilizando a noção de dispositivo como utensílio metodológico e a noção de governamentalidade como ferramenta analítica. A partir da realização deste estudo, foi possível descrever a criação da formação de professores para a educação de surdos no século XIX como um dispositivo de governamentalidade acionado pelo Estado Liberal. Nessa conjuntura, a formação docente responde estrategicamente à urgência histórica de criar um regime de saber para os professores que permita ordenar a população escolar e produzir corpos surdos dóceis.

Palavras-chave: Surdez. Formação de Professores. Liberalismo.

* Mestre e Doutoranda em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (PPGE/UFSM). Técnica em Assuntos Educacionais na Universidade Federal de Santa Maria, RS (UFSM).

** Mestre e Doutora em Educação. Professora Adjunta do Departamento de Educação Especial (EDE/UFSM) e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria, RS (PPGE/UFSM).

Introdução

O presente trabalho propõe-se a analisar o cenário político em que a constituição de um campo de saber pedagógico-científico e de um corpo de *expertise* para o trabalho didático com os sujeitos surdos foram produzidos como necessários ao ideal moderno de civilização. Em outras palavras, deseja-se aqui traçar uma genealogia da formação de professores em educação de surdos.

Entretanto, ressalta-se que este estudo pretende mais do que traçar a emergência da formação de profissionais para o trabalho pedagógico com esses alunos. O que se almeja é lançar um olhar que permita conectar o surgimento dos processos de formação docente nesse campo como uma estratégia de governamento dos alunos surdos e de seus professores no contexto da modernidade. Ao explicar o movimento da formação docente como dispositivo que governa o professor de surdos, pretende-se contribuir para o entendimento de como os conjuntos discursivos que cruzam as medidas políticas geram significados e interpretações que demarcam a educabilidade dos discentes surdos e o *status* profissional dos sujeitos docentes, relacionando a funcionalidade desse jogo com o regime governamental do liberalismo.

Para tanto, este trabalho busca alicerce nas contribuições do pensamento de Michel Foucault utilizando a noção de dispositivo como conceito metodológico e a noção de governamentalidade como conceito analítico. Outras contribuições do filósofo, tais como discurso, relações de poder/saber, poder disciplinar e biopoder também são acionadas no decorrer da análise.

Opção teórico-metodológica

Ao inscrever-se na esteira dos Estudos Foucaultianos em Educação, este artigo busca, nessas teorizações, elementos para a constituição de um método—, uma forma de análise sistemática, articulada teoricamente, porém não no sentido cartesiano do termo. Assim, o método foi se constituindo, no processo da pesquisa, a partir do cruzamento dos conceitos-chave com elementos discursivos que se aproximavam da questão que movia o estudo: como e por que a formação de professores para surdos tornou-se uma preocupação de Estado?

Na *démarche* foucaultiana, o exame das conjunturas históricas não tem por objetivo buscar uma essência transcendental dos fatos. Pelo contrário, a materialidade é vista não como um documento de evocação da verdade, mas

como um monumento, como um produto histórico de determinadas relações de poder (LE GOFF, 1996). Nessa linha, buscou-se tomar como materialidade práticas discursivas e não discursivas que tratavam da docência no solo liberal. Com isso foi possível, a partir de algumas alavancas, sobre as quais se discorrerá na sequência, estabelecer uma conexão entre o Estado e a necessidade de formação docente e de educação de surdos.

Em outras palavras, utilizaram-se noções criadas por Foucault como lentes, que cruzam teoria e metodologia, para analisar e compreender as nuances discursivas que moldam a criação da formação de professores para surdos. Nesse sentido, este trabalho, inspirado no método genealógico (a ser detalhado a seguir), olha para a constituição de saberes a que mira o professor de surdos no regime liberal analisando alguns discursos que produziram a necessidade de uma formação específica nesse contexto.

Dessa forma, a análise foca na composição de forças de saber e poder de uma racionalidade, problematizando brevemente algumas práticas discursivas e não discursivas que ainda persistem na atualidade neoliberal. Com isso, intenta-se realizar uma breve problematização do presente, em especial dos modos de produzir sujeitos que atuarão como docentes para surdos, entendendo o aparecimento histórico da formação de professores como uma urgência que atenta a um objetivo de Estado produzido no lastro da governamentalidade liberal.

Nessa perspectiva, entre os chamados “domínios” da obra de Foucault (1995a), há aquele que o autor aperfeiçoa ao tomá-lo como empréstimo de Nietzsche: o método genealógico. Veiga-Neto (2005, p. 66-67) explica que:-

[...] a genealogia faz um tipo especial de história. Como a palavra sugere, trata-se de uma história que tenta descrever uma gênese no tempo. Mas, na busca da gênese, a história genealógica não se interessa em buscar um momento de origem, se entendermos *origem* no seu sentido “duro”, isso é, como uma solenidade de fundação [...].

É nessa direção que tomam os aportes das pesquisas de Michel Foucault (2003). Como se sabe, a surdez ou a formação de educadores não foram temas sobre os quais ele se debruçou. Entretanto, isso não nos impede de continuar pensando as questões sobre a educação de surdos e a

formação docente a partir das contribuições foucaultianas. Nessa direção, Fischer (2005, p. 120) salienta:

Ao utilizar um autor na escrita acadêmica, nós de certa forma o reescrevemos, nós nos apropriamos dele e continuamos sua obra, tensionamos os conceitos que ele criou, submetemos à discussão uma teoria, porque a mergulhamos no empírico, no estudo de um objeto por nós selecionado, que ultrapassa, vai além dos objetos que o autor escolhido elegeu – justamente porque nossa história é outra, nossos lugares e tempos são outros. Reescrever um autor, apropriar-se dele, é vasculhar um ponto de encontro com nós mesmos, com aquilo que escolhemos como objeto, com aquilo que nós investimos em nossa vida, nosso trabalho, nosso pensamento; tem a ver com uma entrega, nossa entrega a um tema, a um objeto, a um modo de pensar, que assumimos como pesquisadores.

A partir de agora, retomar-se-ão brevemente alguns conceitos metodológicos introduzidos por Foucault, os quais parecem extremamente úteis durante o delinear deste estudo. Dessa forma, propõe-se uma forma de olhar, a partir das teorizações desenvolvidas pelo referido autor, para a formação docente em educação de surdos como um dispositivo de governamentalidade.

O que busco identificar com este nome [dispositivo] é, sobretudo, um conjunto decididamente heterogêneo que comporta discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas, resumindo: do dito tanto quanto do não-dito, eis os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se estabelece entre estes elementos [...] uma formação que em um dado momento histórico teve como função maior a de responder a uma urgência. O dispositivo tem, assim, uma função eminentemente estratégica [...] o que implica que se trate de uma certa manipulação de relações de força, de uma intervenção racional e articulada nas relações de força, seja para orientá-las em uma certa direção, seja para

bloqueá-las ou para fixá-las e utilizá-las. O dispositivo está sempre inscrito em um jogo de poder, estando portanto sempre ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem e que igualmente o condicionam. O dispositivo é isto: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles. (FOUCAULT, 2003, p. 299-300).

A noção de dispositivo é um dos conceitos-força mais produtivos para as análises de cunho genealógico. A primeira vez que Foucault mencionou esse utensílio metodológico foi em *História da sexualidade I: a vontade de saber*, livro que data de 1977.

Já o termo governamentalidade aparece pela primeira vez na obra de Foucault durante o curso *Segurança, Território e População*, ministrado em 1978 no *Collège de France* (SENELLART, 2008). Aparentemente, o foco do curso não era divulgar um novo invento analítico. Pelo contrário, Foucault – na função de professor – mudou a ênfase das aulas a partir do momento em que percebeu – na condição de pesquisador – a necessidade de discutir certas continuidades e discontinuidades das chamadas “artes de governar”. “Artes” é um termo antigo que ele escolhe manter.

Senellart (2006, p. 47) explica que “esse plural indica que não buscamos descobrir uma essência, um princípio fundador do qual se pudesse deduzir um método de governo. Ele designa uma multiplicidade não apenas de artes, de técnicas, de sistemas de regras, de modelos de ação, mas também de definições de ‘governo’.”

Aqui cabe destacar o que Foucault entende por “governo”: “Governar, neste sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros.” (FOUCAULT, 1995a, p. 244). Nessa perspectiva, não se trata da instituição governamental em si, embora também a englobe. Governo, em Foucault (2003), corresponde às práticas de condução das condutas tanto os comportamentos alheios como os nossos próprios comportamentos.

Nessa perspectiva, o filósofo analisou, ao longo da história, diferentes formas de governo. Mais que isso, pesquisou as rupturas e permanências dessas práticas até chegar ao conceito de governamentalidade:

E com essa palavra quero dizer três coisas:

- 1) O conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança.
- 2) A tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se chama de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc, e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes.
- 3) O resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado. (FOUCAULT, 2006, p. 291-292).

Para esmiuçar melhor a noção de governamentalidade liberal, julga-se pertinente abordar aqui alguns traçados genealógicos que permitem entender o processo de governamentalização do Estado.

Condições de aparecimento do Estado liberal

Foucault (1996) explica que, aos poucos, o Estado vai tomando para si a função de direcionar as condutas ao agregar a individualização efetuada pelo jogo do pastor, durante o século XV, à totalização operada pelo jogo da cidade, no registro da soberania, entre os séculos XVI e XVII. Segue-se falando sucintamente sobre esses processos.

O pastorado constitui-se numa configuração de governo operada por um tipo de poder, o qual Foucault chama de poder pastoral. Para ele, trata-se de “uma forma de poder que não cuida apenas da comunidade como um todo, mas de cada indivíduo em particular, durante toda a sua vida.” (FOUCAULT, 1995a, p. 237). Nesse sentido, as práticas pastorais se relacionam com a tradição cristã e ganham essa nomenclatura por se assemelharem ao cuidado que o pastor

exerce sobre seu rebanho. O pastor, e nessa analogia, o governante, preocupasse com todas e com cada uma de suas ovelhas – *omnes et singulatim*. Ele as protege e guia para a salvação. Assim, a tecnologia pastoral aciona práticas que prometem conduzir à felicidade.

Dessa forma, a modalidade pastoral do poder relaciona-se com a moral, em que cada indivíduo segue seu guia na “tentativa de autoidentificação com um ser de qualidade superior.” (RAMOS DO Ó, 2003, p. 3). Tal governo, de acordo com as teorizações foucaultianas, operou de forma intensa no chamado Estado de Justiça, durante a Idade Média, a fim de divulgar a matriz religiosa do cristianismo. (FOUCAULT, 1996).

Com a crise do regime pastoral nos séculos XV e XVI, intensificada especialmente pela Reforma Protestante, outras maneiras de governar precisavam ser ativadas. Até meados do século XVIII, a soberania do rei sobre os limites territoriais prevaleceu na Europa – o chamado jogo da cidade. Nessa racionalidade, “o poder soberano se dá em relação a um espaço físico, a terra e seus produtos, aos bens e às riquezas [...] O território e seus habitantes são o conjunto sobre os quais o soberano governa.” (RIBEIRO, 2008, p. 4) Esse período é chamado de Estado Administrativo e uma das suas principais diferenças em relação ao regime pastoral é que se caracteriza por um poder aberto, violento e centralizado na vontade do rei.

Entretanto, ao longo do século XVIII, novas situações-problema surgiram, tais como o crescimento monetário, a ampliação da produção agrícola e, em especial, os altos índices demográficos ocorridos no continente europeu. Com isso, a condução da grande massa de indivíduos que passou a habitar o território tornou-se um problema de Estado.

Mais urgente que governar uma região, é governar o povo dessa região. Em outras palavras, para manter as forças estatais, tornava-se imprescindível desenvolver antes a soberania sobre as pessoas que sobre o território. Para tanto, foi necessário estruturar novas táticas e topografias de poder que permitissem conhecer e gerir esse novo foco, já que aumentar a vida produtiva do corpo populacional passou a constituir a principal estratégia política de manutenção do Estado.

Tal reorganização das práticas governamentais tornou-se viável a partir da invenção da categoria “população” pelas *expertises* da biopolítica no século XVIII (assim como ocorreu com a estatística, o Direito, a medicina social, a

saúde pública). De acordo com Foucault (2006, p. 198), “os traços biológicos de uma população se tornam os elementos pertinentes para uma gestão econômica e é necessário organizar em volta deles um dispositivo que assegure não apenas sua sujeição, mas o aumento constante de sua utilidade”. Nessa direção, a governamentalidade mira a massa populacional, sendo, portanto, uma ferramenta que permite analisar a constituição e o funcionamento de um novo tipo de poder, exercido sobre a vida coletiva: o biopoder.

Com esta nova tecnologia estatal surgiram condições históricas para o exercício do cálculo detalhado, aplicado em inúmeras circunstâncias da vida. Tal aspecto realizou a concretização do propósito nuclear da “*police*”, ou seja, coletar o maior número de informações sobre a prosperidade do Estado e de seus habitantes. Esta tarefa aproxima-se do modo como o poder pastoral buscava recolher o maior número de informações sobre suas “ovelhas”. Por esse motivo, os autores dos compêndios e tratados sobre polícia e administração estatal da época falam repetidamente de ciências do governo e da felicidade dos cidadãos. (SANTOS, 2008, p. 8).

Seguindo tal raciocínio, na transformação do Estado administrativo em Estado governamental, o jogo do pastor não se esvai, mas se reconfigura, sendo acionado novamente para viabilizar a sustentação do Estado. Isso porque o direcionamento dos habitantes deixa de ser apenas um problema do âmbito religioso e espiritual para se transformar também em uma questão política. É nesse ponto que o Estado toma para si certas práticas da pastoral cristã, servindo de “guia moral” da população, prometendo conduzi-la aos ideais de felicidade e bem-estar social.

Com Pereira (2008, p. 51), compreende-se que:

[...] no século XVIII, o Estado reorganiza a forma de utilizar o poder pastoral e a salvação passa a acontecer neste mundo. A salvação passa a significar saúde, riqueza, bem-estar, segurança da população. O Estado desenvolveu-se com técnicas totalizantes e individualizantes e essa forma de poder ganhou todo o corpo social, sendo incorporada por várias

instituições (família, medicina, psiquiatria, educação e empregadores). É da junção entre o Estado totalizante e o poder pastoral individualizante, que se configura a formação de um Estado governamental pastoral como uma nova racionalidade política preocupada não somente com a liberdade individual, mas em garantir, a este Estado, poderes para gerir a vida coletiva.

Assim, além da reativação das técnicas pastorais, o Estado de governo também agrega o objetivo do regime de soberania, qual seja, o reforço da eficácia do próprio Estado, porém com mais ênfase na população que na territorialidade. Com isso, a fusão do pastorado com a Razão de Estado, ou seja, a união entre a direção dos indivíduos à felicidade e a maximização da potência estatal, culmina “não [...] tanto [n]a estatização da sociedade, mas [n]o que chamaria de governamentalização do Estado.” (FOUCAULT, 2006, p. 292).

Portanto, trata-se de uma nova racionalidade política, em que o Estado governamentalizado, cujo poder é exercido de forma sutil, diluído por todas as relações sociais, a partir do investimento tanto em práticas disciplinares (sobre o corpo individual) como biopolíticas (sobre a totalidade da população). O que movimenta a razão governamental é essa diluição do poder, que não significa menos governo, mas, pelo contrário, a governamentalidade supõe o máximo governo pela mínima aplicação de poder.

Posteriormente, Foucault disse que os procedimentos governamentais conectam “as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si.” (FOUCAULT *apud* VEIGA-NETO, 2005, p. 25). Aqui é importante reiterar o quanto tal dominação, tanto de uns sobre os outros quanto de si sobre si mesmo, é exercida em uma relação de poder consentida. É por meio da sintonia da autonomia com os fins políticos que se torna possível produzir e nutrir um Estado de governo.

A esse respeito, diz o autor:

Quando definimos o exercício do poder como um modo de ação sobre as ações dos outros, quando as caracterizamos pelo “governo” dos homens, uns pelos outros – no sentido mais extenso da palavra, incluímos um elemento importante: a liberdade. O poder só se exerce sobre “sujeitos livres”, enquanto “livres” –

entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer. (FOUCAULT, 1995a, p. 244).

Se a partir do século XVIII, vivemos sob a rubrica de uma sociedade de gestão governamental, é importante problematizar em que medida “a escola faz o nexo entre as tecnologias de poder e tecnologias do eu e, portanto, é a maquinaria de governamentalização que se coloca simultaneamente a serviço do jogo do pastor e do jogo da cidade.” (VEIGA-NETO, 2000, p. 193).

Assim, passa-se à análise, na qual se problematiza como a formação de professores no campo da educação de surdos tornou-se um dispositivo de governamentalidade liberal, ou seja, uma das peças da mecânica escolar criada para preparar as massas para viver em um Estado governamentalizado.

A emergência da formação docente em educação de surdos como estratégia de governamentalidade liberal

Nesta seção, busca-se escavar o terreno da formação de professores em educação de surdos. Não se pretende aqui mapear a história da formação docente nesse campo específico, como uma reconstituição de fatos ou de mera sucessão de episódios. Intenta-se, sim, pincelar algumas práticas discursivas e não discursivas que tornaram possível certo tipo de conhecimento sobre a atuação dos professores de surdos e seus efeitos de verdade.

Nesse sentido, lança-se um olhar que atenta para o cenário que trama a formação docente no campo da educação de surdos durante a Modernidade. Não se tenciona tomá-lo como uma evolução, mas como condições que tornaram imperativa a criação de uma estrutura científica para explicar a educabilidade surda e “treinar” os educadores.

Essas combinações de arranjos discursivos travam embates de significados que constituem o sujeito-docente, estabelecendo seu espaço, seu lugar, o que precisa saber e como deve agir. Dessa forma, pretende-se efetuar um breve panorama das formas como a questão da formação de docentes para a educação de surdos vem sendo narrada na dinâmica dos discursos e suas conexões com as relações de poder/saber no regime liberal.

Para tanto, pensa-se ser importante assinalar outras pistas de conceitos foucaultianos que são úteis na articulação de traçados genealógicos. Assim, opta-se por analisar os processos de formação de professores em educação de surdos como uma rede dinâmica, tecida fio a fio pelos saberes instituídos como corretos em um determinado contexto histórico e discursivo.

Esses saberes são produtos de uma relação de poder e acarretam efeitos específicos. Poder não como algo repressivo e concentrado em uma relação vertical de cima para baixo, no Estado, em uma instituição ou em uma pessoa. Foucault (1995b) nos ajuda a compreender o poder como uma ferramenta produtiva, que nomeia, posiciona, dá lugar e estatuto de existência às coisas e às pessoas. Produtivo, nesse contexto, não significa bom – como num juízo de valor –, mas como algo que fabrica, ou cria, determinados significados.

Nesse contexto, o poder é analisado em sua relação com o saber, pois “o fundamental da análise é que saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem a constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder.” (MACHADO, 1979, p. XXI). Nesse sentido, quem é autorizado a falar sobre tal coisa ou pessoa exerce o poder de atribuir sentido a ela, demarcando sua existência. Daí a produtividade dos discursos.

Outra importante ferramenta conceitual e analítica que torna possível esta análise é a noção foucaultiana de discurso. Fischer (2002, p. 86) escreve que “os discursos exercem ações construtivas – tanto em formações sociais mais amplas quanto em espaços e usos locais – atuando como forças históricas.” Daí a necessidade de considerar as condições de aparecimento, como o cenário político em que se desenham tais conjuntos de enunciados.

Nesse contexto, também se traz para este diálogo o termo invenção. Não para tratar de uma suposta mentira ou da não existência da formação docente, mas para discorrer sobre sua construção nos acidentes da história. Em outras palavras, explicar como configura-se o cenário político que torna viável a emergência da formação de professores para educação de surdos como uma necessidade no ideal moderno de civilização.

Assim, o objetivo é dar visibilidade aos arranjos discursivos que criaram a formação docente como um elemento articulado à maquinaria escolar no projeto iluminista. Nessa brecha, problematizar-se-ão as condições que possibilitaram o olhar sobre a surdez como categoria científica produzindo como imperativa

a constituição de um domínio de saber sobre a educabilidade do sujeito surdo necessário para o professor.

Nessa introdução ao debate, acredita-se ser importante destacar os usos comuns da palavra formação devido à mudança de entendimento operada pela linguística, em que a linguagem constitui a realidade. Para tanto, expõe-se a definição desse termo no Minidicionário da Língua Portuguesa, de Bueno (1996, p. 303): “Formação, s. f. Arranjo; disposição; constituição”. “Formado”, nessa mesma publicação, é descrito como “adj. Modelado; diplomado; constituído.” (BUENO, 1996, p. 303).

Assim, torna-se notável a relação dos termos formação e formado com forma e formato. Em outras palavras, a formação estaria imbricada com uma suposta fixação da identidade, o que remete ao projeto de indivíduo moderno.

Nesse sentido, aproximamo-nos novamente das teorizações de Michel Foucault (1995b) para entender as maquinarias investidas pela Modernidade na produção de um indivíduo fixo, essencial, transcendental, útil a uma sociedade cujo objetivo é a ordem. Entre as “peças” que compõem e movimentam a maquinaria governamental escolar está a formação de professores.

Conforme os estudos de Santos (2006), o campo da formação de professores emergiu entre o século XVII e o século XVIII, na passagem da sociedade de soberania para a sociedade disciplinar. Não se trata de dizer que não houvesse professores ou experiências de formação anteriores, mas sim que a necessidade de institucionalização desse campo se produziu na Modernidade.

Sommer (2006) comenta que o comando da transmissão do conhecimento centrado na figura dos mestres medievais passa a dar espaço ao exemplo de virtude encarnado pelos professores jesuítas, entendidos como “detentores de verdadeiro saber” sobre a criança. Dessa maneira, a necessidade de produzir conhecimentos específicos ao docente articula-se à própria invenção da escola e da infância. Bujes (2001) explica que, nessa racionalidade, as crianças passam a ser objeto de interesse da ciência, havendo uma preocupação em conhecê-las melhor, examinar as melhores técnicas de ensino, configurar uma pedagogia científica.

Nessa direção:

[...] a formação de professores não emergiu de um projeto que supostamente teria sido posto em prática, mas de práticas que examinadas e devidamente teorizadas, transformaram-se em condição imprescindível para

a formação e o aperfeiçoamento de uma maquinaria disciplinar, que é a Escola Moderna. (SANTOS, 2006, p. 111).

Assim, os saberes legitimados pela formação de professores refinam o investimento de poder operado pelas instituições escolares, constituindo-se nessa engrenagem como uma estratégia de enquadramento dos sujeitos, especialmente em razão da necessidade de produzir alunos e professores dóceis, maleáveis, administráveis. A formação docente é produto e produtora de uma racionalidade, qual seja, a racionalidade liberal.

Entre os acontecimentos que compõem a institucionalização de um saber-poder da formação docente, além da estatização da escola e da emergência da noção de infância, pode-se apontar a invenção de uma licença para exercício do magistério, no final do século XVIII, e a criação de cursos em espaços específicos, no século XIX, as chamadas escolas normais (NÓVOA, 1991). Nessa perspectiva, a formação docente se produziu como um campo de saber que, aliado à ciência, tenta responder a uma necessidade no cenário moderno.

Varela (1994) explica que a reorganização dos saberes frente à necessidade de ordenar a população tem nos professores agentes legitimados. Os processos de formação docente constituem-se, assim, como aparelhos pedagógicos de produção da verdade cuja finalidade é a organização, a disseminação e o controle do saber que circula nas instituições escolares. Dessa forma, possibilitam a produção de procedimentos teóricos para intervir, conduzir e direcionar os professores. Nessa perspectiva, a formação é um invento, e também inventa. Ela “forma”, produz, inventa não só o professor, mas também o aluno, a escola e o mundo.

Nessa imagem em que se torna indispensável formar um determinado corpo de *experts* e colocar determinadas práticas em funcionamento, a educação especial se constitui como uma *expertise*, um aparato de saber pedagógico emergente no contexto da Modernidade para equacionar e continuar produzindo os estranhos – entre eles, os surdos – necessários à dinâmica de ordenamento dessa racionalidade.

Lunardi (2003) nos auxilia a compreender as condições de possibilidades que produziram o sujeito surdo como uma categoria passível de curiosidade científica durante o diagrama moderno. A autora nos mostra a emergência dos saberes médicos como uma rede discursiva que opera processos de clinalização

da surdez e a inscreve no terreno da educação especial (LUNARDI, 2003). Nesse registro, a surdez é fabricada como um fenômeno físico a partir da noção de déficit sensorial. Em outras palavras, institui-se a necessidade de reabilitar o doente, transformá-lo em um ser humano normal, tendo como base a representação de que o normal é ouvir. É nesse espaço discursivo que emerge uma concepção clínico-terapêutica da surdez.

Entre as técnicas de disciplinamento utilizadas pelas instituições de ensino para conter a imprevisibilidade, a ameaça que esta “patologia” representava à ordem, estão o que Lopes (2004) define como ouvintização surda ou práticas pedagógicas normalizantes: treinamento da fala, utilização de próteses auditivas, microfones etc. Tal discurso se torna possível pela operação de determinados profissionais, produtores de saberes específicos – como médicos, fonoaudiólogos e também professores. Dessa forma, a educação especial efetua uma cumplicidade, ou um enlace, com a clínica. Assim, os professores de surdos assumem funções de audistas, produzindo uma pedagogia corretiva. (SKLIAR, 1999). Dito de outra forma, a clínica e a formação de professores se entrelaçam, uma vez que ambas são produzidas a partir da mesma episteme.

Assim, produz-se a surdez como anormalidade e criam-se *experts* com a função de gerenciar os riscos que tal condição representaria, já que o resultado dessa partilha (a díade ouvinte/surdo) não é uma simetria, pois o surdo é posicionado como um sujeito incompleto, um ouvinte em falta.

Entretanto, convém ressaltar que a formação de professores no campo da educação de surdos não é uma consequência ou uma decorrência da invenção da surdez como anormalidade. A formação de professores é produto e produtora desses saberes sobre a surdez, já que, na tentativa de normalizar o surdo, a educação especial o posiciona à margem da norma e continua produzindo estranhos, que asseguram a normalidade necessária ao projeto de cidadania moderno.

Longe de querer encerrar ou abreviar essa discussão, convém destacar que este artigo tem como objetivo apontar um processo histórico que permita entender as conveniências dispostas no cenário que criam a necessidade de processos de formação de professores para a diferença surda. No entanto, cabe uma breve problematização dos atuais desdobramentos desse processo no contexto neoliberal. É sabido que se instauram com força no nosso país, desde a década de 1990, as chamadas políticas de inclusão. Para além de um olhar acerca de seus efeitos educacionais, é interessante situá-las de forma mais ampla.

O neoliberalismo dá a cada indivíduo uma chave: um manual de conduta e as ferramentas para fabricá-la, sendo que cabe ao indivíduo lapidar a sua conduta e encontrar o segredo que abre as “portas da cidadania”: acesso, participação, inclusão, progresso, felicidade – nessa ordem, como uma escada crescente. É interessante notar que os meios para se chegar a tais substantivos parecem ter se tornado expressões no particípio: ser participativo, estar engajado, tornar-se incluído, o que ilustra que tais ações tomaram *status* de competências indispensáveis a serem desenvolvidas no mundo contemporâneo (GADELHA, 2009).

Participação, engajamento, inclusão nunca são estados finais, mas processos permanentemente em execução, a ser aprendidos e implementados (sempre no gerúndio). Nessa lógica, o sistema neoliberal garante os meios, mas cabe a cada sujeito programar-se para atingir o seu sucesso e o progresso dos demais. Além de um fracasso pessoal, estar à margem representa um risco para a manutenção do bem-estar e da segurança de todos, já que esse sujeito passa a ser alvo iminente de políticas sociais moralmente apontadas como caras pelo Estado, pelo mercado e pela sociedade. Por isso, “faça a sua parte” tem uma conotação que muito nos tem a dizer sobre a racionalidade de governo atual.

Entendendo que a educação escolarizada é parte ou, melhor dizendo, é instrumento catalisador de grande parte desses objetivos, os quais fazem parte tanto de discursos de direita como de esquerda, é relevante destacar as ressonâncias dessas políticas no contexto da formação de professores para a educação de surdos.

Sendo possível verificar, por meio dessa pesquisa, regimes de *expertise* sendo alinhados à formação de professores de surdos no contexto do liberalismo, nota-se um incremento de uma tendência à polivalência nos atuais processos formativos criados no solo neoliberal. Em outras palavras, não há uma substituição, senão uma incorporação de conteúdos, atitudes e práticas que se pretendem generalistas. Esmiuçando: sob a égide da inclusão educacional, as cartilhas políticas de formação docente preveem ser necessário que os professores não sejam apenas professores de surdos, mas de cegos, surdo-cegos, cadeirantes, enfim, de uma gama de alunos, que comporiam a camada “diversidade na educação” (BRASIL, 2005).

Diante isso, cada docente, para tornar-se um professor inclusivo, deve dispor de informações específicas de todo esse alunado. Assim, verifica-se que, além de ser um *expert* em educação de surdos, por exemplo, o professor tem

que ser polivalente, ou seja, entender de surdez, cegueira, altas habilidades/superdotação etc. (MACHADO; LUNARDI-LAZZARIN, 2010).

Essa constatação é viável à medida que se problematiza o formato dos materiais de formação docente para a inclusão disseminados no nosso país especialmente a partir do início da primeira década do século XXI. Trata-se de um leque de *kits*, organizados em coleções, sendo que cada fascículo corresponde a uma necessidade especial. A surdez é apenas uma delas, o que sugere que a tendência atual vem sinalizando um processo de formação docente mais amplo em que o “generalismo” soma-se à *expertise*, alinhando os conhecimentos dos professores aos objetivos neoliberais.

Considerações finais

Na perspectiva a qual se filia este estudo, é possível dizer que o nascimento da formação docente para educação de surdos (colada ao campo terapêutico da educação especial na modernidade) configura-se como um importante estratagema da engrenagem escolar. Isso porque o professor na condição de especialista desse campo de saber trabalha no interior de uma tecnologia que opera tanto pela ação do poder disciplinar como pela posterior incorporação do biopoder, produzindo os surdos como membros de uma categoria de risco e governando toda a população escolar. Desse modo, a formação docente no campo da educação de surdos aprimora-se para produzir as subjetividades docentes e discentes interessantes à racionalidade de governo que constrói a partir do século XVIII: o Estado liberal.

Segundo Veiga-Neto (2000, p. 186):

na perspectiva de Foucault o liberalismo é menos uma fase histórica, uma filosofia política ou um sistema econômico, e mais um refinamento da arte de governar, em que o governo, para ser mais econômico, torna-se mais delicado e sutil, de modo que ‘para governar mais, é preciso governar menos’.

Então, no século XVIII, o liberalismo se apresenta como “condição de inteligibilidade da biopolítica” (SENELLART, 2008, p. 442), pois quanto mais frugais as práticas de governmentação, ou seja, de condução da conduta dos outros, mais eficazes são seus efeitos (VEIGA-NETO, 2000, 2002).

Nesse sentido, é visível não uma transferência ou ruptura, mas uma agregação de outras práticas de governo, as quais a formação de professores em educação de surdos também começa a incorporar, já que o professor da educação especial que trabalha com alunos surdos é agente e também alvo das sutilezas desse processo de ordenamento aperfeiçoado.

Tudo isto posto, torna-se possível atrelar a criação da formação de professores para a educação de surdos no século XIX a um dispositivo de governamentalidade acionado pelo Estado liberal. Tal problematização é possível a partir do entendimento de que nessa conjuntura a formação docente responde estrategicamente a uma urgência histórica precisa, qual seja, criar um regime de saber para os professores que permita ordenar a população escolar e produzir corpos dóceis. Assim, a partir do investimento de poder acionado pelos processos de formação docente fabricam-se alunos surdos e professores interessantes às demandas políticas da racionalidade.

Atualmente, no registro do neoliberalismo, verifica-se a implementação de políticas que visam a garantir a participação, o acesso e a inclusão de todos os cidadãos na chamada aldeia global como garantia de manutenção de uma maquinaria autogovernada. Desse modo, não é interessante ao professor apenas o conhecimento sobre a surdez, mas também uma formação que contemple todas as chamadas “necessidades especiais”. Diante disso, é visível, na contemporaneidade, além da manutenção da faceta *expert*, a priorização de um processo de formação generalista dos docentes, atendendo ao chamado neoliberal de promoção de uma educação inclusiva não somente dos alunos surdos, mas de todo o arsenal de sujeitos em risco de marginalização social.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Educar na diversidade*: material de formação docente. Brasília: MEC, 2005. 266p.
- BUENO, F. da S. *Minidicionário da língua portuguesa*. São Paulo: FTD, 1996.
- BUJES, M. I. E. *Infância e maquinarias*. 2001. 259 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

- COSTA, M. V. Mídia, magistério e política cultural. In: COSTA, M. V. (Org.). *Estudos Culturais em Educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema...* Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000. p. 73-89.
- FISCHER, R. M. B. Verdades em suspenso: Foucault e os perigos a enfrentar. In: COSTA, M. V. (Org.). *Caminhos Investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 49-70.
- _____. Escrita acadêmica: arte de assinar o que se lê. In: COSTA, M. V.; BUJES, M. I. E. (Org.). *Caminhos Investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 117-170.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995b.
- _____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- _____. *Michel Foucault: tecnologías del yo y otros textos afines*. Barcelona: Paidós, 1996.
- _____. *Microfísica do poder*. Organização, revisão e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a. p. 231-249.
- GADELHA, S. *Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: _____. *História e memória*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1996.
- LOPES, M. C. A natureza educável do surdo: a normalização surda no espaço da escola de surdos. In: THOMA, A. da S.; LOPES, M. C. (Org.). *A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. p. 33-55.
- LUNARDI, M. L. *A produção da anormalidade surda nos discursos da educação especial*. 2003. 200 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

- MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização, revisão e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. XVII-XXIII.
- MACHADO, F. de C.; LUNARDI-LAZZARIN, M. L. Formar, tolerar, incluir: tríade de governo dos professores de surdos. In: LOPES, M. C.; LUNARDI-LAZZARIN, M. L.; MACHADO, F. de C. (Org.). Dossiê Educação de Surdos. *Cadernos de Educação*, Pelotas, ano 19, n. 3, p. 19-44, maio/ago. 2010.
- NÓVOA, A. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, António. (Org.). *Profissão professor*. Porto: Porto Editora, 1991. p. 9-32.
- PEREIRA, F. L. *PCNS-Arte: questões de Governo e governo na fabricação da docência em arte*. 2008. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2008.
- RAMOS DO Ó, J. *O governo de si mesmo: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal*. Lisboa: EDUCA, 2003. p. 103-149.
- RIBEIRO, L. G. M. Soberania e governamentalidade: biopolítica, biopoder e o poder sobre a vida e sobre a morte em Foucault. In: COLÓQUIO NACIONAL MICHEL FOUCAULT: Educação, Filosofia, História: Transversais, 1., 2008, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: EDUFU, 2008. 1 CD-ROOM.
- SANTOS, J. de D. dos. *Formação continuada: cartas de alforria & controles reguladores*. 2006. 170 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- SANTOS, R. E. dos. Do governo pastoral à governamentalidade: crítica da razão política em Michel Foucault. In: COLÓQUIO NACIONAL MICHEL FOUCAULT: Educação, Filosofia, História: Transversais, 1., 2008, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: EDUFU, 2008. 1 CD-ROOM.
- SENEILLART, M. *As artes de governar: do regime medieval ao conceito de governo*. São Paulo: Ed. 34, 2006. p. 19-63.
- SENEILLART, M. Situação do curso. In: FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 441-446.

- SKLIAR, C. A invenção e a exclusão da alteridade deficiente a partir dos significados da normalidade. Trad. Márcia Lise Lunardi. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 24, n 2, p. 15-32, jul./dez. 1999.
- SOMMER, Luís Henrique. Docência: (des)montagens e possibilidades para transgredir. In: SOMMER, L. H.; BUJES, M. I. E. (Org.). *Educação e cultura contemporânea: articulações, provocações e transgressões em novas paisagens*. Canoas: Ed. da ULBRA, 2006. p. 251-261.
- VARELA, J. O estatuto do saber pedagógico. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 87-96.
- VEIGA-NETO, A. Coisas do governo... In: RAGO, Margareth; ORLANDI, L. B. L.; VEIGA-NETO, A. (Org.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 13-34.
- _____. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: PORTOCARRERO, V.; CASTELO BRANCO, G. (Org.). *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: NAU, 2000. p. 179-217.
- _____. *Foucault & a Educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Liberalism and teacher training for education of the hearing impaired

Abstract

The article analyzes the political landscape in which the emergence of a field of scientific-pedagogical knowledge and a body of expertise for teaching deaf individuals were produced as understood to be necessary under the modern ideal of civilization. Teacher education is seen as an instrument of governmentality, to help understand how types of discourse used to support policy generate meanings that define the “educationability” of deaf students’ and the professional status of the teachers, relating the functionality of this interplay with the liberal governmental regime. This paper uses Michel Foucault’s concept of the device as a methodological tool and that of governmentality as an analytical tool. The study made it possible to describe the creation of teacher education for education of the deaf in the nineteenth century as an instrument of governmentality used by the liberal state. At that time, teacher education responded strategically to the urgent historic need to create a system of knowledge for teachers, which would allow establishing order in the school population and produce docile deaf bodies.

Keywords: Deafness. Teacher Education. Liberalism.

El liberalismo y la formación de profesores para la educación de sujetos sordos

Resumen

El trabajo analiza el panorama político en el que el surgimiento de un campo del conocimiento científico-pedagógico y de un cuerpo de *experticia* para el trabajo didáctico con los sujetos sordos, fueron producidos como necesarios para el ideal moderno de civilización. Al explicar el movimiento de la formación docente como dispositivo de gobernabilidad, se pretende contribuir con la comprensión de cómo los conjuntos discursivos que cruzan las medidas políticas generan significados que demarcan la educabilidad de los alumnos sordos y el *status* profesional de los sujetos docentes, relacionando la funcionalidad de este juego con el régimen gubernamental del liberalismo. Con este propósito se buscó como fundamento las contribuciones de Michel Foucault, utilizando la noción de dispositivo como herramienta metodológica y la noción de gobernabilidad como herramienta de análisis. A partir de la realización de este estudio, fue posible describir la creación de la formación de profesores para la educación de sordos en el siglo XIX, como un dispositivo de gobernabilidad accionado por el Estado Liberal. En esta coyuntura, la formación docente responde estratégicamente a la urgencia histórica de crear un régimen de saber para los profesores que permita conducir la población escolar y producir cuerpos sordos dóciles.

Palabras-clave: Sordera. Formación del profesorado. Liberalismo.

Fernanda de Camargo Machado

E-mail: nandadecm@yahoo.com.br

Márcia Lise Lunardi Lazzarin

E-mail: lunazza@gmail.com

Recebido em: 19/11/2011

Versão final recebida em: 30/6/2011

Aprovado em: 16/2/2012